

MENSAGEM Nº 13/2021

Maceió, 9 de abril de 2021

*Senhor Presidente,*

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 63 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 350/2020, que *“Reestrutura e amplia o Fundo Especial do Registro Civil – FERC, passando a denominá-lo Fundo Especial Notarial e Registral – FUNOREG, destinado a financiar a gratuidade de Atos Notariais e Registrais, e adota providências correlatas”*, pelas razões adiante aduzidas.

**Razões do veto:**

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, a emenda parlamentar aditiva realizada no Projeto de Lei nº 350/2020 impossibilita a sua sanção integral.

A emenda prevista no art. 16 do prospecto legislativo ao estabelecer que o 2º Cartório de Títulos e Documentos de Maceió também exercerá a competência de tabelionato de notas em equiparação ao 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Maceió padece de vício por inconstitucionalidade formal, tendo o Poder Legislativo adentrado em matéria afeta à organização do Poder Judiciário, matéria privativa do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas – TJ/AL.

Neste ponto, o Supremo Tribunal de Federal – STF entende que o poder de emendar encontra óbices, primeiramente ante o aumento de despesas previsto no art. 63 da Constituição Federal, e em segundo plano na pertinência temática da matéria submetida à apreciação do parlamento.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a **vetar parcialmente** o Projeto de Lei nº 350/2020, especialmente o **art. 16**, alterado por meio de emenda parlamentar, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.



**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**  
Governador

Excelentíssimo Senhor  
**Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS**  
**Presidente da Assembleia Legislativa Estadual**  
**NESTA**